

Capítulo 3 – O 25 de Abril e as instituições locais

“A revolução de 25 de Abril de 1974 foi levada a cabo de forma estranhamente pacífica com uma adesão espontânea por parte da população”¹. Nunca é demais lembrar esta característica particular da transição portuguesa. Em Avis não foi diferente. A maioria da população do concelho era composta por pessoas que acumulavam as humilhações e os ressentimentos que se descrevem na primeira parte e que viram nesse dia a chegada da sua tão esperada “libertação”. Logo nos primeiros dias começaram a movimentar-se, assistiram a comícios e organizaram comissões para tudo e mais alguma coisa².

“Francisco Nunes – No dia 26 de Abril houve grande comício na Casa do Povo. Eu, como era assim uma pessoa mais esclarecida, falei, julgando que o 25 de Abril vinha trazer algumas coisas, e criar uma amizade, não haver aquele separatismo. Eu fui eleito para a Comissão Administrativa da Câmara, mas depois só ficaram 5. Na altura foi aquela iniciativa espontânea das pessoas que queriam dar a sua participação. Porque agora as coisas mudaram, voltaram quase como eram dantes. Hoje só se participa em qualquer coisa com uma finalidade: tirar partido de qualquer coisa. Naquela altura pensava-se que havia alguma coisa que se podia oferecer em benefício da terra. Porque ninguém ganhava dinheiro”.

“– E quando chegou o 25 de Abril?

Mascote – Houve um período bom, a gente teve uma fase boa. Eu fiz parte de tudo, eu fui espontaneamente. Depois formámos a mesa da comissão concelhia e começámos a andar para a frente.

– E também foi falar nas manifestações?

Mascote – Era sempre, quando era preciso. Se uma pessoa enfrenta uma coisa que era o ideal dela, tem de a enfrentar em todos os aspectos.

– Então foi uma época muito boa da sua vida?

Mascote – Para mim foi, foi o melhor que me podia ter aparecido foi o 25 de Abril”³.

“Alzira Bonito – Nesse Verão de 74 as pessoas começaram-se um tudo-nada já a agitar. No 1º de Maio houve uma grande manifestação aqui em Benavila.

– Quem é que a organizou?

Alzira Bonito – Vieram pessoas de Lisboa. Mas tudo bem, até foi uma festa bonita. Ninguém falava, ainda não tinha havido tempo. Foi uma semana depois. Em Agosto, até ao fim do ano as coisas começaram-se a complicar, as pessoas começaram a andar agitadas. Há um senhor

¹ Cristina Leston-Bandeira – *op. cit.*, p. 47.

² Obedecendo também às palavras de ordem da “cartilha” de Soeiro Pereira Gomes: “Trabalhar pela formação de Comissões de Unidade Camponesa – Comissões de Praça, Comissões Locais, Comissões de Herdade, Comissões de Rancho – com objectivos definidos, é dever de todos os lutadores antifascistas, é dever de todos os camponeses conscientes”, *Praça de Jorna...*, p. 23.

³ Ver no anexo 4 o nome de Luísa Leão nas listas das Comissões Populares de Base das diversas freguesias do concelho de Avis.

que esteve muito anos preso, era esse que espalhava os papéis. Ele é que ajudou a agitar isto”⁴.

O entusiasmo chegou mesmo ao presidente da câmara, que foi aclamado como a um “pai” por uma multidão eufórica:

“Dr. Belo – Quando aconteceu a ‘Revolução dos Cravos’, não sabia ao certo o que estava por detrás dela. Mas, como me parecia que havia muita coisa podre, aceitei essa mudança com uma certa expectativa e naturalidade, pelo que continuei a desempenhar as minhas funções na Câmara com toda a normalidade. No primeiro ‘1º de Maio Livre’ fui convidado por um grupo de jovens a comparecer na varanda da Câmara, pois ia haver uma grande manifestação. Não subi à varanda, fiquei no patamar exterior da escadaria, e vi-me confrontado com uma multidão, empunhando bandeiras comunistas, que me aplaudiu, quase até ao delírio. Houve vários discursos, onde me chamaram ‘pai dos avisenses’ entre outras homenagens como nunca me tinham sido feitas. Obrigaram-me a ‘botar discurso’ e acabou tudo em festa. A partir daí, suponho que os líderes do PC, José Luís e outros, começaram a movimentar-se”⁵.

As movimentações começaram de facto, as barragens nas estradas feitas por homens armados, as bandeiras do PCP por todo o lado. Nos dias que se seguiram à apoteose do 1º de Maio o presidente da câmara começou a temer pela integridade física da sua família e achou por bem enviá-la para o estrangeiro:

“Dr. Belo – Com o clima que então se vivia em Avis, achei conveniente que a mulher e os filhos saíssem de Avis, pelo que foram para Londres, onde ficaram em casa de pessoas de família. Era certo e sabido que os titulares de cargos por nomeação iriam ser todos saneados. Por isso não esperei pelo novo Governador Civil, e um dia dirigi-me ao Governo Civil, procurei o secretário do ex-Governador, e entreguei-lhe um requerimento a pedir a minha exoneração. Ele não me queria conceder, mas eu ‘exigi-lha’.

– Quando saiu de Avis?

Dr. Belo – No Verão de 75.

– Como se processou a saída?

Dr. Belo – Fui de férias para o Algarve. Aí fui convidado para administrador de uma empresa turística, lugar que aceitei.

– Foi alvo de alguma violência física ou a sua família?

Dr. Belo – Não.

– O que aconteceu ao colégio, vendeu ou arrendou?

Dr. Belo – Arrendei ao Dr. Vacas de Carvalho e um seu amigo-sócio, da Ponte de Sor. Mais tarde vendi o Colégio à Câmara.

⁴ Entrevista na Fundação Abreu Callado, Benavila, 25/8/1998. Na reunião preparatória dessa manifestação do 1º de Maio em Benavila foi logo decidido sanear o Conselho de Administração da Fundação Abreu Calado, extinguir a Casa do Povo e usar o edifício para formar um Sindicato para os Trabalhadores Agrícolas e outras reuniões do Povo, *O Avisense*, Junho de 1974. Em seguida, no dia 26/5/1974, realizou-se um plenário do PCP em Benavila com 1500 pessoas, *Avante*, 14/6/1974.

⁵ Entrevista ao Dr. Fernando Nuno Belo Gonçalves Coelho, presidente da Câmara Municipal de Avis até 1974, 19/1/1999. O jornal local *O Avisense*, noticiou no número de Maio de 1974, p. 4: “Dentro da maior ordem e com muito entusiasmo e civismo, realizou-se em Avis, no 1º de Maio, Dia Nacional do Trabalho, uma patriótica manifestação popular que congregou enorme multidão.” Depois da concentração, onde se cantou o hino nacional e se “ouviam frenéticos ‘vivas’, logo secundados pela frase tipo que ecoou de lés a lés por esse Portugal fora (O Povo unido jamais será vencido), o cortejo dirigiu-se à Câmara”, onde o Presidente discursou.

– Alguma vez voltou a Avis?

Dr. Belo – Sim, muitas vezes, tendo sido sempre bem recebido e acarinhado por toda a gente”.

No dia 11 de Maio de 1974 a acta da sessão ordinária da câmara regista os assuntos correntes, exactamente com os mesmos participantes das sessões anteriores. Depois de tratada a correspondência normal foi escrita uma “Deliberação” com o seguinte texto:

“Por proposta do excelentíssimo Presidente da Câmara e depois de analisado o actual momento político, foi deliberado por unanimidade: Primeiro – Prestar todo o apoio ao Movimento da Forças Armadas e Junta de Salvação Nacional. Segundo – Pôr à disposição do Excelentíssimo Senhor Governador Civil, logo que este seja nomeado pelo futuro Governo Provisório, os cargos que os presentes ocupam neste Organismo Administrativo. Terceiro – Apelar para o povo do Concelho no sentido de continuar a demonstrar o civismo e serenidade de que sempre tem dado provas. Quarto – Dar público e imediato conhecimento da presente deliberação”.

Esta formalidade, completamente despida de emoção, contrasta com a alegria com que a revolução republicana fora acolhida pelos vereadores mais jovens do concelho de Avis e que se encontra expressa na acta de 10 de Outubro de 1910⁶. Contrasta também com o nítido apoio e “júbilo” ao “glorioso”, “heróico”, “vitorioso” Movimento das Forças Armadas, pela “patriótica acção desenvolvida” em “benefício da Nação” que ficou expressa nas actas da maioria das restantes câmaras do distrito de Portalegre⁷. No dia 20 de Maio, já com o pedido de exoneração apresentado, o presidente e o vice-presidente da câmara de Avis enviaram cartas a numerosas personalidades a anunciar a decisão de renunciar ao cargo, a agradecer a colaboração recebida e a oferecer os seus préstimos⁸.

Se a movimentação popular, dirigida por partidos políticos, neste caso o PCP, teve uma importância fundamental, o processo de transição não deixou de ser conduzido pelo poder central⁹. O Decreto-Lei nº 236/74, de 3 de Junho, dissolveu os corpos administrativos e

⁶ Livros de Actas da Câmara Municipal de Avis. O presidente da câmara em exercício não compareceu e foi substituído. Esta acta foi reproduzida em Maria Antónia Pires de Almeida – “As Elites Municipais e a Revolução...”, p. 19.

⁷ Reproduzidas em *ibidem*, anexo 1.1, pp. 36-39. Particularmente em Castelo de Vide e Fronteira houve manifestações entusiásticas de júbilo.

⁸ As cartas tinham o seguinte texto: “Tendo pedido a minha exoneração do lugar de Presidente (ou Vice-Presidente) deste Município, cumpre-me agradecer, por este meio, a leal colaboração que recebi de V. Ex^a. no desempenho do meu cargo. Juntamente com a expressão do meu profundo reconhecimento, e com os meus melhores cumprimentos, aqui deixo a V. Ex^a. a oferta dos meus préstimos. A bem da Nação...”, Arquivo da CMA, Livros da Correspondência Expedida. Dois dias antes o mesmo Dr. Belo apresentou também a sua demissão do cargo de Director do Externato Mestre de Avis, com a seguinte carta: “Tendo sido criada oficialmente, como é do conhecimento público, a Escola Secundária de Avis para o próximo ano lectivo, o Director do Externato Mestre de Avis apresenta cordiais cumprimentos de despedida a todos os professores, Alunos, seus Pais e Encarregados de Educação. Avis, 18 de Junho de 1974”, publicada n’*O Avisense* de Junho de 1974. A escola secundária já existia oficialmente, mas funcionara até então no colégio de Avis, enquanto o seu edifício não ficava pronto.

⁹ O que levou Philippe Schmitter a comentar que em Portugal a opinião pública teve um papel pouco importante neste processo: “parece oferecer-nos um caso de estudo *por excelência* sobre a forma como é possível fazer uma democracia sem

estabeleceu como prazo legal para o fim dos mandatos dos presidentes das câmaras o dia 18 de Junho. Nessa data seriam substituídos pelos vereadores mais velhos, que exerceriam funções até à nomeação das comissões administrativas que deviam dirigir os destinos das autarquias até à realização das primeiras eleições. Estas seriam compostas por “personalidades independentes ou pertencentes a grupos e correntes políticas que se identifiquem com o Programa do MFA, anexo à Lei nº 3/74”¹⁰. A Portaria nº 28/74 do Ministério da Administração Interna nomeou a comissão administrativa do concelho de Avis, que tomou posse no dia 12 de Julho, cinco dias antes da publicação oficial da mesma (ver anexo 4). Foi a primeira do distrito, seguida da tomada de posse das comissões administrativas do Crato e de Portalegre no mesmo mês, e da de Arronches em Agosto. As restantes comissões do distrito (a maioria) iniciaram funções em Novembro e a de Fronteira apenas em Fevereiro de 1975¹¹. Apesar da visível pressa que se verificou no concelho de Avis, não houve nada que se parecesse com um “assalto à Câmara Municipal”, expressão consagrada para o período por vários autores¹². Os ânimos estavam exaltados, mas o último presidente da câmara não era propriamente uma pessoa odiada. O mesmo não se pode dizer do seu antecessor, o já referido Dr. Chitas, que foi expulso da vila, junto com o vice-presidente, um médico que “caiu na asneira” de declarar que tinha trabalhado para a PIDE e que para ver os últimos doentes teve de levar uma escolta da GNR.

“Dr. Belo – O meu antecessor Dr. Chitas e o meu vice-presidente Dr. Elísio, foram literalmente expulsos de Avis, em ambiente de ódio e de selvajaria”.

“José Luís – O meu amigo aqui em Avis, que eu entendia que ele não merecia aquilo que lhe fizeram, foi o Dr. Elísio. Eu era *amiguíssimo* do homem, e aqui é que está: às vezes, no momento revolucionário, no momento próprio *nã* haver capacidade de reflectir e analisar as situações e levar-se tudo pelo mesmo. Ele é que se queimou a ele. Na altura ele, pronto, falava-se das atrocidades que a PIDE fazia, e não sei quê, e ele, na boa intenção, disse assim: ‘Eu ainda fiz serviço na PIDE’.

democratas”, pois apesar de ter mobilizado muitas pessoas, a explosão de opiniões e acções só se deu depois da mudança de regime, *op. cit.*, p. 449.

¹⁰ Art. 1º, ponto 2 do referido Decreto. Foi na administração local que se “projectaram os efeitos imediatos da ruptura com o anterior regime e com a máquina administrativa em que se apoiava”, o que se explica pelo facto dos “cidadãos sentirem a Administração local como a expressão do Estado mais próxima de si”. Estas demissões abriram o campo “à intervenção dos partidos marxistas, que nesse momento preenchiam integralmente o leque político-partidário português”, António Rebordão Montalvo – *op. cit.*, p. 473.

¹¹ Ver cronologia em Maria Antónia Pires de Almeida – *op. cit.*, p. 21. Comentário de Jacques Frémontier: “Quem se nomeia? Fascistas, não, claro! Procura-se homens que tenham combatido a ditadura (...). Onde encontrá-los? Antes de mais, nas Comissões Democráticas Eleitorais (C.D.E.) que organizaram a resistência legal a Salazar e a Caetano e que se transformaram hoje em partido, o M.D.P.”, *op. cit.*, pp. 107-108. Em Avis não houve variantes aos partidos de esquerda, foi mesmo o PCP.

¹² Por exemplo Henrique Barrilaro Ruas – “O Poder Local”, in António Reis (coord.) – *op. cit.*, p. 91. Pelo contrário, Philippe Schmitter surpreendeu-se com a facilidade com que os dirigentes autoritários foram afastados dos seus cargos, *op. cit.*, p. 293.

– Que tipo de serviço?

José Luís – Mas que serviço é que ele fez? Quando eles *zurpavam* lá bem os presos... O médico era chamado para os tratar. E havia médicos também que pela própria situação do regime, que nem sempre tratavam as pessoas bem, porque havia sempre aquele receio: ‘se estás a tratá-lo bem é porque estás ligado a ele’...; e a própria profissão dos médicos era posta em causa nessa situação. E o caso do Dr. Elísio, ele diz isto numa consulta que estava cheia de pessoas. E há um que sai de lá da casa e diz ‘o Dr. Elísio também foi da PIDE’, arranja-se um movimento, na altura que era... É pá, quando eu vinha de Évora vejo vir o homem à frente de 300 ou 400 pessoas, digo ‘coitado do homem, mas o que é que o Dr. Elísio fez?’. Dei meia volta ao carro. Porque eu vi mesmo, quando o homem me viu, um gesto dizendo assim ‘É pá, acode-me, que eu tou sendo lesado!’ Na altura a guarda estava também sem poder, e eu fui lá ao posto: ‘então o que é que se passa?’. ‘Passou-se isto, ele também é da PIDE’; a própria Guarda tinha a versão de que ele também era da PIDE e como era da PIDE tinha de ser preso e ser julgado perante os actos que tinha praticado. Quando no fundo se vem a apurar aquilo, o homem nunca pertenceu à PIDE, *nã teve* nos quadros da PIDE... Simplesmente como era médico de fazer serviço nos hospitais civis... E a PIDE lá tinha os seus remédios. E eles também depositavam confiança para não virem de lá da prisão a dizer ‘fulano está todo esfarrapado, está todo partido’, não sei que mais... Pronto, o homem fez o trabalho dele”.

Ambos representavam o *antigo regime* e o que ele tinha de pior¹³. Como se viu na primeira parte, o Dr. Chitas tinha comportamentos que eram considerados verdadeiramente insultuosos para grande parte da população de Avis. Além de ser responsabilizado directamente por diversos aspectos muito negativos que afectavam os trabalhadores em geral, o exercício do seu cargo implicava uma personalização do Estado, do Regime, enfim, do Poder. O mesmo se podia dizer de alguém que “fez serviço na PIDE”. Pouco importava o verdadeiro significado destas palavras, ou se a acção deste médico tinha tido aspectos positivos ou negativos. A simples menção desta instituição levantava os ânimos populares, pela ameaça que durante tantos anos tinha representado na vida das pessoas. E era o suficiente para produzir um enorme grupo de indivíduos que reagiu irracionalmente a um estímulo e que reunia as condições psicológicas que deram origem a um bando organizado e armado, que actuou com a legitimidade revolucionária de quem quer mudar as normais culturais vigentes. Segundo Hadley Cantril, que descreveu a formação dos bandos de linchadores a partir do estudo que fez das situações de violência no Sul dos EUA e das perseguições aos negros, em situações destas há fantasias que são aceites como acontecimentos reais e os indivíduos acabam por perder-se na multidão e manifestar características de uma personalidade imatura. Neste caso, e utilizando a definição do autor, verificou-se uma perseguição revolucionária,

¹³ Pelo contrário, o delegado de saúde, Dr. Bugalho, que nunca participara na política local como qualquer um dos anteriores, teve direito a um busto de homenagem no Ervedal.

cujas principais características se encontram no facto de serem acções defensivas (estavam a defender os direitos recentemente adquiridos e estes indivíduos representavam a ameaça do passado) e de surgirem como tentativas de redefinição do poder. As suas vítimas estão geralmente acima dos perseguidores na hierarquia social e a sua luta é dirigida contra símbolos odiosos¹⁴. Entre estes encontravam-se as fotografias de Salazar e Américo Tomás, que foram queimadas na praça depois de deitadas pelas janelas da câmara e do *Clube dos Ricos*, e as instituições corporativas cujas sedes foram prontamente ocupadas.

Para além das considerações psicológicas, pode dizer-se que esta violência foi também exercida por pura vingança.

“Pezarat Correia – Nestas coisas há sempre um sentimento de vingança também. Há séculos que vinham sendo dominados e quase de uma forma vexatória. Pode ter sido essa a *revanche*”¹⁵.

Para sua sorte, outros símbolos odiosos já estavam neutralizados: o referido Dr. Presado já tinha morrido em 1969, e o seu cunhado, inimigo político e antigo presidente da câmara Luís Mendes Vieira Lopes, era já bastante idoso, raramente saía de casa e acabou por morrer em Agosto de 1974. Quanto ao Dr. Chitas, teve uma manifestação em frente da sua farmácia, com a intenção de a ocupar. O farmacêutico permitiu a entrada do líder José Luís, que o ameaçou com prisão, caso ele não saísse da vila, o que ele acabou por fazer, escoltado pela GNR, que o defendeu de uma multidão armada que o queria linchar. Rendido à evidência, mudou-se para Lisboa com a mulher, professora primária reformada. Nunca mais voltou a Avis, apesar da farmácia ter continuado em funcionamento com o serviço das “ajudantes” de há vários anos, as quais foram repetidamente insultadas por serem “lacaías dos fascistas”. A venda da farmácia a uma farmacêutica retornada de Moçambique foi negociada em Lisboa, apenas pelo valor do inventário dos medicamentos. O seu filho ficou encarregado de fazer a transacção. Antes de fechar a casa pela última vez telefonou ao pai a contar que já tinha vendido tudo e do outro lado do fio o Dr. Heliodoro Chitas caiu no chão com uma trombose que o deixou paralisado e da qual nunca mais recuperou por completo. Estas são apenas algumas das pequenas histórias que também fazem parte da revolução portuguesa. A alegria de uns, a desgraça de outros, e os comentários que se ouvem sobre “castigo”, sobre “o

¹⁴ Todas estas condições específicas variam com as características económicas, políticas, raciais e religiosas de cada cultura, e segundo os diferentes tempos e lugares, mas os efeitos psicológicos induzidos por todas estas causas são geralmente bastante uniformes e susceptíveis de serem explicados com base em denominadores conceptuais comuns, Hadley Cantril – *op. cit.*, pp. 188-194.

que ele merecia”, sobre “retorno” e “vingança”... O que é certo é que nesta altura o povo tomou literalmente o poder nas suas mãos. A comissão administrativa da câmara foi presidida por José Pires, um enfermeiro (filho de trabalhadores rurais que tirou o curso na tropa), e entre os vogais salienta-se a classificação profissional de “operário agrícola” atribuída a José Luís Correia da Silva¹⁶. Nesta fase da sua vida, José Luís era já um pequeno rendeiro que complementava a actividade agrícola com um “carro de praça”: era taxista. No entanto, ao utilizar esta categoria, ele simbolizou a conquista do poder por parte do grupo que na altura assumia maior importância na região e que estava num processo de afirmação. Remetendo a Bourdieu, ao nomear-se “operário agrícola” num cargo oficial, José Luís assumiu-se como representante de um grupo, para não dizer que o produziu¹⁷ com as suas acções na liderança da Reforma Agrária do concelho e arredores. Como contraponto simbólico, é de acrescentar uma curiosidade, sem dúvida anedótica: cada um dos nomes escritos na acta da primeira reunião da comissão administrativa está precedido de “Senhor”, por extenso, o que não deixa de ser significativo de um desejo de afirmação social por parte de um grupo que nunca antes tinha tido esse tipo de tratamento. E que fez questão de afirmar o seu novo poder, explicitamente baseado na filiação partidária, o que criou situações constrangedoras entre os funcionários da câmara que “não eram comunistas”. Um destes casos chegou a ser denunciado na Assembleia Constituinte pelo Deputado por Portalegre, Miranda Calha, do PS, que na sua intervenção referiu a “acção demagógica de comissões administrativas de câmaras, impostas euforicamente” e que levam a efeito “uma autêntica política de intimidação e terrorismo psicológico, através de provocações diárias a certos trabalhadores e através de ameaças de despedimentos (como aconteceu na Câmara de Avis, onde quatro trabalhadores viveram horas angustiosas...)”¹⁸.

Nos restantes concelhos do distrito de Portalegre a lista de profissões dos presidentes das comissões administrativas apresenta também uma maior variedade e a introdução de categorias novas, por exemplo funcionários em Marvão e no Gavião, um trabalhador rural em Fronteira, e comerciantes em Alter do Chão, Elvas e Monforte¹⁹. A preocupação mais urgente

¹⁵ Entrevista em Queluz, 14/10/1998. Durán Muñoz também refere o perigo de se cair no “revanchismo”, *Acciones colectivas...*, p. 222.

¹⁶ É esta a categoria profissional encontrada também na acta das eleições de 12/12/1976, quando ele foi eleito presidente da câmara.

¹⁷ “A política é o lugar, por excelência, da eficácia simbólica, acção que se exerce por sinais capazes de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos. (...) O porta-voz é aquele que, ao falar de um grupo, ao falar em lugar de um grupo, põe, subrepticamente, a existência do grupo em questão, institui este grupo”, Pierre Bourdieu – *O Poder Simbólico...*, p. 159.

¹⁸ *Diário da Assembleia Constituinte*, nº 29, 8/8/1975, p. 736.

¹⁹ Maria Antónia Pires de Almeida – *op. cit.*, pp. 22-24.

das comissões administrativas parece ter sido a ocupação de casas consideradas sub-utilizadas para uso de pessoas da terra ou de retornados das antigas colónias. Para tal constituíram-se Comissões de Moradores nas diversas juntas de freguesia, em nome das quais se realizaram algumas expropriações e arrendamentos “forçados”²⁰. A colaboração entre as várias comissões e a câmara de Avis fica clara com a leitura da correspondência oficial deste período, durante o qual o presidente da comissão administrativa escreveu várias cartas a solicitar a proprietários de prédios urbanos a cedência ou arrendamento de prédios, casas e casões para instalação de pessoas e de instituições como a creche e, por exemplo, uma cooperativa de consumo²¹. Escreveu também para todas as juntas de freguesia e comissões de moradores a informar quem possuía “casas de habitação secundária”, com o objectivo de debelar o “grave problema habitacional”, por “carência de casas para albergar as centenas de milhares de famílias”. Neste período de 1974-75 qualquer casa de grandes dimensões que não fosse usada pelos proprietários a tempo inteiro (algumas eram residências de férias e de fins-de-semana de pessoas que não eram necessariamente agricultores ou proprietários agrícolas) era boa para “instalar a creche”. Houve casos de pessoas que deixaram temporariamente as suas ocupações profissionais em Lisboa para se instalarem nas suas casas de Avis e assim “não serem ocupados”, ameaçando quem lá entrasse que “não saía de lá vivo”²². A creche acabou por ser instalada de forma legal, mediante uma escritura pública, numa casa arrendada, como ficou descrito na primeira parte. Foi inaugurada no dia 25 de Agosto de 1975 com o nome de *Creche Mestre de Avis* e por iniciativa “do povo, do povo trabalhador de Avis”²³ e com contribuições em mobiliário e dinheiro de uma enorme lista de pessoas cujo nome foi publicado no jornal local. Além das cotizações dos sócios, a creche contava com a cooperativa *1º de Maio* para o fornecimento de parte da alimentação, assim como de

²⁰ Margarida Fernandes refere ocupações de casas que se deram logo em 28/4/1974, *op. cit.*, p. 57. O “alojamento digno” foi uma das primeiras reivindicações dos movimentos de moradores que se criaram logo nos primeiros tempos após a revolução, ver Diego Palacios Cerezales – *O Poder Caiu na Rua. Crises de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa 1974-1975*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2003, p. 79-82. A problemática da comparação entre o “movimento rural pela apropriação da terra no Alentejo e o movimento urbano pela apropriação de um alojamento na cidade de Lisboa” foi desenvolvido por Vítor Matias Ferreira – “A Cidade e o Campo. Uma leitura comparada do movimento social, 1974-1975”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Fev. 1986, p. 549. No livro de Sebastião Salgado – *Um Fotógrafo em Abril*, Caminho, Lisboa, 1999, pp. 12-13, encontramos uma fotografia de uma ocupação de uma residência, com os trabalhadores com um ar muito satisfeito sentados nas cadeiras e arcas da sala, sob o retrato do proprietário...

²¹ Nas cartas solicitavam a “boa vontade das v. Ex^{as}, não só pela grande obra de bem fazer, como para evitar de se ter de recorrer ao cumprimento da lei que sempre trás grandes aborrecimentos”..., Livros de correspondência da Câmara Municipal de Avis. Por exemplo, no dia 1/8/1975 José Pires, o presidente, escreveu a Maria Teresa V. L. Presado a solicitar-lhe o melhor espírito de cooperação para ceder à câmara vários casões que ela tem “sem utilidade” no logradouro do prédio de habitação, aguardando a resposta em 5 dias. No dia 6 escreveu outra carta à Junta de freg. do Alcórrego a informar que Alexandre Lopes Teles Varela possuía uma casa de habitação secundária nessa freguesia. E outras semelhantes se seguiram.

²² Entrevista à Dr^a Maria Manuela Gomes de Figueiredo Pais, Lisboa, 1995.

²³ Palavras de Luísa Leão, “Mascote”, no jornal *O Amigo. Mensageiro Regional Avisense*, ed. Rui Santos, 1/11/1975, p. 1.

comerciantes locais que doavam os seus produtos (o dono do talho enviou “muitas mantas de toucinho”...). A sua frequência variava consoante os trabalhos agrícolas, aumentando no Verão pelas ceifas e em Novembro devida à apanha da azeitona. A actividade social da creche completava-se com o serviço de almoços a alguns elementos da terceira idade, o que deu continuidade à obra paroquial da “sopa dos pobres” que tinha sido interrompida com a saída do padre de Avis.

Mesmo depois de resolvido este “problema”, o medo das ocupações dos prédios urbanos continuou, face à escalada de ocupações de terras, o que levou alguns proprietários menos corajosos a vender precipitadamente e por valores irrisórios algumas das moradias mais emblemáticas da vila. Foi o que se passou com as casas dos referidos Dr. Presado e do seu cunhado Luís Mendes, as quais foram vendidas pelos respectivos herdeiros e, ironicamente, a primeira foi transformada numa extensão da sede local do PCP (que se instalou no edifício do *Clube dos Ricos*, uma acção também pejada da carga simbólica), passando a receber os convidados ilustres que se deslocavam a Avis, como foi o caso de Álvaro Cunhal. Também houve casos de terras expropriadas que foram desanexadas dos prédios rústicos para construções urbanas, como aconteceu na freguesia do Alcórrego. Na altura das desocupações, com as casas construídas, foi impossível devolver as referidas terras ao anterior proprietário. Outros entraram no espírito da época, como foi o caso do Dr. Mário de Castro, que doou a sua casa de Avis à Câmara Municipal “para fins de interesse municipal que a câmara entender (...) e que sejam também afins com os das classes mais desfavorecidas”. Evitou assim uma ocupação provável, ao mesmo tempo que reservou para um seu sobrinho, também residente em Lisboa, o “direito de habitação vitalício permanente e exclusivo” em parte da mesma casa²⁴.

No que diz respeito às instituições corporativas, tal como no poder autárquico, a iniciativa para a sua extinção e substituição de funções partiu do poder central com a legislação específica emitida pelo II Governo Provisório: o Decreto-Lei nº 482/74 criou as comissões para liquidação dos Grémios da Lavoura (que deviam ser extintos até ao final desse ano – o processo acabou por durar seis anos) e o Decreto-Lei nº 490/74 definiu novas regras para as Casas do Povo, cujas funções representativas transitaram para os novos sindicatos de assalariados agrícolas, e que, segundo Manuel de Lucena, ficaram ligadas “cada

²⁴ Livros de Actas da Câmara Municipal de Avis, 13/1/1976. A câmara decidiu lá instalar uma família retornada de Angola, sob proposta da comissão de moradores. Ficou registado em acta o agradecimento ao Dr. Mário de Castro e à mulher.

vez mais às Caixas de Previdência e à acção cultural do Ministério dos Assuntos Sociais”. Para o autor, “o PCP deu o impulso e controlou muitas das comissões liquidatárias, quer dos grémios, a nível local, quer das federações, a nível regional”²⁵. Foi o que se passou em Avis, quando em Fevereiro de 1975 foi nomeada por despacho a Comissão Liquidatária do Grémio da Lavoura de Avis, dirigida por António Gaspar dos Ramos, o representante local do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Portalegre e membro do Partido Comunista.

“Cravidão – Eu era gerente do Grémio.

– E expulsaram-no de lá?

Cravidão – Exactamente. O Partido Comunista tomou conta daquilo e passados uns dias recebi uma carta escrita do Grémio, mas que não vinha assinada. A partir daquele momento deixei de lá ir. Nunca mais lá pus os pés.

– Quem é que tomou conta do Grémio?

Cravidão – Foi o Zé Luís.

– Mas ele, pessoalmente?

Cravidão – Ele, ou seja, o Partido Comunista, não se pode dizer que foi ele. Foi ele com os seus camaradas. A *1º de Maio* só se fundou depois do Grémio ter sido extinto”.

A identificação entre o PCP e o já tão falado José Luís Correia da Silva, assim como a confusão entre as suas acções e as de António Gaspar dos Ramos (de alcunha *Cuco*) e José Pires, justifica-se pelo simples facto de que foram estes três indivíduos que lideraram todas as acções e assumiram a presidência de todas as instituições de poder na altura. José Pires, na sua qualidade de presidente da comissão administrativa da câmara municipal, é que deu posse à comissão administrativa da Misericórdia local em 30 de Julho de 1974, a qual foi composta por comerciantes locais também afectos ao PCP. A sua vida foi curta, pois menos de um ano depois, em 2 de Junho de 1975, tomou posse uma nova comissão administrativa, presidida pelo conservador do registo predial, o qual foi transferido em Setembro do mesmo ano e pediu a demissão. Durante estes dois anos a instituição passou por sérias dificuldades, a ponto de ser impossível encontrar voluntários para a dirigir. José Pires teve de intervir na sua complicada gestão, especialmente porque os *irmãos* deixaram de pagar as cotas e nenhum queria assumir a sua direcção²⁶. Apenas em Setembro de 1977 foi nomeada uma nova

²⁵ “Os comunistas pretenderam então conservar os grémios da lavoura praticamente intactos, transformando-os em ‘pré-cooperativas’ dependentes de grandes organismos públicos devotados ao abastecimento dos agricultores (bem como das herdades colectivas) em factores de produção e, por outro lado, ao escoamento dos produtos agrícolas (...) assegurariam ainda a gestão de um novo crédito agrícola”, Manuel de Lucena – “A herança de duas revoluções...”, *op. cit.*, pp. 512, 514.

²⁶ Segundo o testemunho do anterior entrevistado, que também tinha sido provedor até 1970, os “comunistas” também não quiseram receber o seu dinheiro quando ele foi lá pagar as suas cotas, pois “não precisavam do dinheiro dos fascistas”. Numa carta ao governador civil do distrito, o presidente da câmara José Pires queixou-se que “contactadas algumas pessoas, não conseguimos anuência delas para a Presidência da Misericórdia”, além de que a instituição atravessava um momento difícil,

comissão administrativa para a Misericórdia de Avis (substituída em Fevereiro de 1978) e só em Janeiro de 1980 foi eleito um provedor e uma mesa com todos os cargos constantes no estatutos.

Mais directa foi a acção dos mesmos três indivíduos na ocupação da Cooperativa Agrícola de Avis e na integração dos bens do grémio na mesma²⁷. Como se pode ler nas actas da Cooperativa Agrícola (ver anexo 10), esta instituição funcionou normalmente até que em Fevereiro de 1975 o presidente colocou o seu lugar à disposição. No entanto foi só no final de Julho, uma semana depois da publicação do Decreto-Lei nº 390/75, que se realizaram eleições para a nova direcção da cooperativa. Cumprindo estritamente o que estava disposto na legislação e nos estatutos da cooperativa, a reunião extraordinária foi convocada. Como habitualmente, a comparência dos sócios foi muito reduzida, especialmente numa altura conturbada na qual os agricultores de toda a região se sentiam intimidados pelo processo de Reforma Agrária em curso. Os poucos proprietários e rendeiros que tiveram a “coragem” de comparecer foram insultados pela multidão de trabalhadores que participou na assembleia na sua qualidade de membros da UCP 1º de Maio (ainda não formalmente constituída) e liderados por José Luís Correia da Silva. Apesar da 1º de Maio representar apenas um voto, as propostas do seu presidente de eleição por “braço no ar” e de junção das duas cooperativas foram aclamadas “por unanimidade”. A presença do representante do CRRA de Portalegre deu-lhes a legitimidade necessária e José Pires e José Luís tomaram conta da direcção da cooperativa, assim como já dirigiam também a câmara municipal e todo o processo de Reforma Agrária²⁸. Esse final de Julho de 1975 foi especialmente lucrativo para a 1º de Maio: no dia 28 apropriou-se da instituição que representava os pequenos agricultores do concelho de Avis e no dia 29 ocupou mais 2.000 ha (836 ha em Avis e Alcórrego, 677 ha na freguesia da Aldeia Velha, para a cooperativa 29 de Julho e 510 ha no Ervedal, para a cooperativa Unidade), completando 57% das ocupações no concelho (ver anexo 7).

pois tinha uma receita de 8.000\$00 e despesas de 22.000\$00. Sugere então que “o ideal seria a nacionalização da Misericórdia de Avis” ou “um subsídio 180.000\$00 anuais”, Arquivo da CMA, Livros da Correspondência Expedida, 11/11/1975.

²⁷ A “integração do grémio em cooperativas já existentes” foi uma das soluções, por oposição à “criação de novas cooperativas, com vista, precisamente, a receber o património gremial”, adoptada pela maioria das comissões liquidatárias dos grémios da lavoura do distrito de Portalegre, Inês Mansinho – *op. cit.*, p. 595.

²⁸ A mesma autora também estabelece uma relação directa entre a liquidação dos grémios da lavoura e o processo de Reforma Agrária: “a vida das comissões liquidatárias dos grémios da lavoura no Alentejo esteve desde o início sujeita a todo um processo de conflitos sociais, aqui especificamente centrados nas questões relativas à Reforma Agrária...”, *ibidem*, p. 593.

Naturalmente que tal eleição não podia ser válida, pois quem votou não tinha esse direito. Mas a cooperativa funcionou nestes termos durante mais de dois anos, por pura desistência dos sócios em fazerem valer os seus direitos.

“Francisco Nunes – Quando tomaram conta do grémio tomaram conta da Cooperativa Agrícola de Avis e foi a partir daí é que passaram a ser os gestores disto tudo. E as pessoas encolheram-se um pouco.

– Mas os funcionários antigos continuaram cá?

Francisco Nunes – Não aceitaram ninguém. Os trabalhadores daqui ficaram desempregados”.

No dia 16 de Maio de 1976 foi convocada nova assembleia para eleger uma direcção dentro das normas legais, mas de novo sem a participação da maioria dos sócios. O mesmo José Pires ficou com o cargo de presidente da assembleia-geral e José Luís com o de presidente da direcção. António Gaspar dos Ramos, o representante local do Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do distrito de Portalegre, participou na reunião na qualidade de sócio e de representante da Comissão Liquidatária do ex-Grémio da Lavoura do concelho de Avis, apresentando à assembleia uma proposta para integração de todos os bens do ex-Grémio na Cooperativa, “incluindo todo o activo e passivo e todos os funcionários com direito a conservarem as suas regalias e antiguidades”, o que foi aprovado. Quantos aos sócios antigos, simplesmente deixaram de usar o lugar, vendendo a sua azeitona noutros locais²⁹. Já com António Barreto como Ministro da Agricultura e integrado no movimento de “Contra-Reforma Agrária”, com o auxílio do novo governador civil do distrito, Dr. Miranda Calha, foi nomeada uma comissão administrativa³⁰ que convocou uma assembleia-geral da cooperativa para o dia 22 de Outubro de 1977, ignorando por completo a direcção vigente, e com elementos da GNR a controlar a entrada dos sócios participantes, que tinham de mostrar identificação como tal. Assim, apenas um sócio foi admitido para representar a UCP 1º de Maio, que naturalmente perdeu qualquer poder eleitoral. Entrou-se assim na fase do “regresso à normalidade”³¹.

²⁹ Ver no anexo 10 a acta do dia 23/10/1976.

³⁰ A Cooperativa Agrícola do Ervedal e Figueira e Barros, que também tinha sido ocupada, teve uma Comissão Administrativa nomeada pelo MAP um ano mais cedo, em 31/3/1976, e cujo despacho foi publicado em 14/5/1976, ver Teresa Almada – *op. cit.*, pp. 334, 355. Segundo um dos seus sócios, o Eng. Barrocas Dordio, esta cooperativa teve um papel importante como foco de resistência local contra a Reforma Agrária.

³¹ Manuel de Lucena – *op. cit.*, p. 515. “Em Avis, o Grémio foi extinto, de acordo com a proposta da CL (comissão liquidatária), em Novembro de 1976, para uma cooperativa de cuja direcção faziam parte elementos da CL eleitos em assembleia-geral e localmente conhecidos como assumindo posições de esquerda. A integração foi contestada por um grupo de agricultores do concelho, que, em abaixo-assinado (com 70 assinaturas), repudiaram quer a integração do Grémio na cooperativa, quer a direcção desta. O MAP (Ministério da Agricultura e Pescas) interveio no conflito, nomeando uma comissão administrativa para a cooperativa, tendo-se, por despacho conjunto dos ministros da tutela, anulado posteriormente a extinção do Grémio e nomeado para este uma comissão *ad hoc*”, Inês Mansinho – *op. cit.*, p. 597.

“Francisco Nunes – Através do Dr. Calha, governador civil de Portalegre, do PS, houve movimentos para voltar a ter a cooperativa. Houve então eleições e eles foram corridos”.

Neste processo há a salientar o facto da direcção da cooperativa ter sido entregue a um agricultor rendeiro que começara a sua vida como trabalhador rural, Joaquim Barata Dias, “Sarrafça” e que, como já se viu na primeira parte, conseguira ascender na escala social com o seu investimento em maquinaria agrícola e o trabalho de alugador de máquinas. A presidência da assembleia-geral foi entregue a Eurico Pais, um farmacêutico que também possuía uma pequena exploração agrícola e que foi vereador pela AD – Aliança Democrática, em 1983. Nesse mesmo ano a direcção da cooperativa passou para Francisco Nunes, um comerciante local (que tinha sido emigrante) e que foi vereador pelo Partido Socialista. Em 1985 foi eleito presidente da assembleia-geral o Dr. Cunha e Sá Lopes da Silva, advogado e grande proprietário do concelho, descendente das antigas elites locais. Esta foi a única instituição do concelho na qual se verificou o retorno de membros das antigas famílias aos cargos de poder. Pelo contrário na câmara municipal a substituição das elites foi total e definitiva, pelo menos até às eleições de 2001³².

O ano de 1976 marcou o fim do período da crise de estado com a realização das primeiras eleições legislativas no segundo aniversário da revolução. Em Avis repetiram-se os resultados das eleições para a assembleia constituinte (ver anexo 8³³) com a vitória do PCP (em coligação), ao contrário do total do distrito de Portalegre, onde o PS ganhou com clara maioria. Porém, nas eleições presidenciais de 27 de Junho de 1976, e apesar da enorme campanha do candidato Octávio Pato, para quem os militantes avisenses do PCP realizaram uma recolha de assinaturas, os resultados de Avis aproximaram-se pela primeira vez dos resultados nacionais³⁴. Também neste concelho o General Ramalho Eanes obteve a vitória, mas bastante tangencial, conseguindo apenas 47,2% dos votos, contra 46,1% para Octávio Pato. Em terceiro lugar ficou Otelo Saraiva de Carvalho com 4,7% e por último Pinheiro de

³² Definitivamente em Avis não houve “adesivismo” na transição para a democracia, como se tinha verificado na implantação da República. Sobre este tema ver Fernando Farello Lopes – *Poder Político e Caciquismo na 1ª República Portuguesa*, Editorial Estampa, Lisboa, 1994, p. 18.

³³ Sobre as eleições de 25/4/1975 ver Jorge Gaspar e Nuno Vitorino – *As Eleições de 25 de Abril. Geografia e Imagem dos Partidos*, Livros Horizonte, Lisboa, 1976, p. 282. E quanto ao comportamento e ao perfil eleitoral da região, ver Joaquim Aguiar – “Partidos, eleições, dinâmica política (1975-1991)”, *Análise Social*, vol. XXIX (125-126), 1994 (1º-2º), pp. 185, 207.

³⁴ “donde se conclui não ter sido cumprida a disciplina de voto por parte do eleitorado comunista”, Maria João Costa Macedo – *Geografia da Reforma Agrária*, in António Barreto (dir.) – *op. cit.*, p. 179.

Azevedo com 2%³⁵. No total do distrito de Portalegre Otelo ficou em segundo lugar e Pato ficou em terceiro. A vitória de Eanes nos distritos alentejanos neste período ainda tão “quente”, quando o PCP ganhava nas outras eleições com tão claras maiorias, foi justificada por José Cutileiro pelo facto dos trabalhadores naqueles anos terem formado

“as suas noções sobre onde estava o poder. O poder estava, como estivera antes, no ‘governo’. E o ‘governo’ que outrora se aliava com os latifundiários e agora se alia com outros intermediários de favores tira o seu poder da força militar. Assim, quando o general Eanes se apresenta como candidato, não aparece só como o candidato de uma ampla coligação anti-comunista mas também, e sobretudo, como candidato da força militar estabelecida capaz de dar, ou retirar poder ao ‘governo’. A sua vitória não é pois só o resultado de uma apreciação do que parecia aos eleitores ser a sua posição política – um centro esquerda anticomunista – para ela contribui também a percepção da força militar que o apoia sem a qual não haveria governo possível”³⁶.

Talvez esta tenha sido uma razão forte...

Ao nível do poder local, as primeiras eleições autárquicas realizaram-se em 12 de Dezembro de 1976, cumprindo o disposto nos Decretos-Lei nº 701-A/76 e nº 701-B/76 de 29 de Setembro de 1976 (segundo o que ficara estabelecido no artigo 303º da Constituição) e “assinalaram o termo desta primeira fase da vida da Administração local”³⁷ e o fim “do arrebatamento impetuoso de uma transição revolucionária, até à rotina satisfatória (embora prosaica) de uma democracia consolidada”³⁸. O primeiro Presidente da Câmara de Avis eleito democraticamente tomou posse no dia 6 de Janeiro de 1977 e chamava-se José Luís Correia da Silva.

“Dr. Eurico Pais – Ele foi presidente de tudo: era o Presidente da Câmara, Presidente da Cooperativa Agrícola de Avis e Presidente da 1º de Maio”³⁹.

Significativamente, quem assumiu a presidência da Assembleia Municipal foi o já referido António Gaspar dos Ramos.

³⁵ As votações mais altas em Octávio Pato foram precisamente nas freguesias onde José Luís Correia da Silva e o PCP tinham maior implantação: Avis, Alcórrego e Aldeia Velha, onde este candidato ganhou com enormes margens. Fonte: Livros de Actas das eleições, Arquivo da Câmara Municipal de Avis.

³⁶ José Cutileiro – *op. cit.*, p. 412.

³⁷ António Rebordão Montalvo – *op. cit.*, p. 473.

³⁸ Philippe C. Schmitter – *op. cit.*, p. 19. “A institucionalização do poder local foi uma obra eminentemente legislativa, que deu origem a uma das maiores transformações das relações entre o poder político e as populações em Portugal. Com efeito, o processo de transformação do país levou à emergência do poder das autarquias locais, sobretudo dos municípios, como nunca acontecera durante todo o século”, Medeiros Ferreira – *op. cit.*, p. 197.

³⁹ De tal maneira José Luís Correia da Silva era “presidente de tudo” que chegava a transaccionar terrenos com ele próprio: no dia 10/11/1977 o município comprou uma parcela de terreno à UCP Agrícola 1º de Maio pela quantia de 800.000\$00 e a escritura foi assinada por ele duas vezes, uma como vendedor na qualidade de Presidente da 1º de Maio e a segunda como comprador na qualidade de Presidente da Câmara, Livros de Actas da Câmara Municipal de Avis.

No distrito de Portalegre o Partido Socialista ganhou claramente estas eleições, obtendo um resultado de 50,5% e conseguindo eleger presidentes em 12 câmaras. Mas em Avis a vitória do PCP (FEPU) com 50,8% (PS obteve 46,7%) revelou uma maior proximidade deste concelho aos outros distritos alentejanos, onde o PCP ganhou com 50,3% em Évora e 49,9% em Beja (ver anexo 8). O mesmo se passou em Sousel e Ponte de Sor, onde o PCP ganhou com 38,9% e 44% respectivamente. O comportamento eleitoral destes concelhos está directamente relacionado com o processo da Reforma Agrária e com estrutura da propriedade, predominantemente de grandes dimensões no Sul do distrito, diferente da maioria dos concelhos mais a Norte e Leste, onde as propriedades de menores dimensões apresentam percentagem mais elevadas e onde o processo de ocupação de terras foi muito mais reduzido. Neste distrito chegou a haver em 1976 uma votação significativa no CDS em 11 dos concelhos, além de um resultado surpreendente do PPM em Elvas.

“Dr. Joaquim Miranda da Silva – Não é um distrito muito homogéneo. Particularmente a zona que mais se identifica com o Alentejo, do ponto de vista económico, social, aí sim, já havia movimentações, em Avis, em Sousel, em Campo Maior, em Elvas, Fronteira, Monforte, Arronches, Ponte de Sor. São diferenças que têm a ver com razões de natureza económica e sociológica. Eu diria que este é um distrito de transição, dum regime de propriedade marcadamente latifundiária para a zona do norte do País e do minifúndio. Marvão, parte do Gavião, parte de Nisa, são concelhos onde, a par da grande propriedade existe também já uma pequena propriedade”.

O mapa de Afonso de Barros com as percentagens da área ocupada na superfície dos concelhos⁴⁰ permite-nos confirmar a relação directa entre o processo da Reforma Agrária e, por um lado os resultados das eleições autárquicas de 1976 (ver anexo 8), por outro a substituição das elites⁴¹:

- Nisa e Marvão = 0% de área ocupada; mais de 50% de votos no PS; variação das elites reduzida.
- Crato = menos de 5% de área ocupada; mais de 50% de votos no PS; variação das elites reduzida.
- Arronches = entre 5% e 20% de área ocupada; mais de 40% de votos no PS; variação das elites de um grande proprietário rural em 1974 para um pedreiro nas eleições de Dezembro de 1976 e de novo um grande proprietário rural em 1989.
- Castelo de Vide, Portalegre, Gavião, Monforte, Elvas = entre 20% e 50% de área ocupada; vitória clara do PS, em Castelo de Vide com quase 70%; variação das elites reduzida.
- Avis, Ponte de Sor, Alter do Chão, Campo Maior, Fronteira e Sousel = mais de 50% de área ocupada (para Avis apurei 71%); resultados eleitorais: vitória do PCP em Avis,

⁴⁰ Afonso de Barros – *A Reforma Agrária...*, p. 78.

⁴¹ Ver Maria Antónia Pires de Almeida – *op. cit.*, p. 26.

Sousel e Ponte de Sor; nos outros três o PS ganhou e o PCP apresentou resultados de 26,1%, 35,6% e 13,1% respectivamente (Fronteira foi a excepção a esta regra); variação das elites elevada (excepto em Campo Maior).

Os grupos que assumiram o poder local neste período são representativos da força que o movimento da Reforma Agrária teve ou não na respectiva área de influência. Ao nível da região, esta relação também foi estabelecida por António Barreto, que analisou as percentagens da superfície expropriada em relação aos totais de área cultivada nos diferentes concelhos dos seis distritos incluídos na ZIRA e concluiu que

“Esta grande disparidade revela a diversidade de situações sociais, económicas e naturais. Os concelhos onde aquele valor é superior a 50% são os que registam as mais altas percentagens de assalariados na população activa agrícola, acima dos 85%. Pelo contrário, nos concelhos com taxas de expropriação mais reduzidas, a população activa surge mais equilibrada, representando os assalariados valores próximos dos 60%”. Além disso, outros factores “exerceram uma forte influência na intensidade de ocupações e expropriações”, entre os quais os solos com boas capacidades agrícolas, a agricultura extensiva de sequeiro, a maior dimensão média das herdades, a taxa de proletarização elevada, a concentração de terras cultivadas e a produção de trigo. “Existe finalmente, como seria de esperar, uma forte correlação entre as ocupações e os resultados eleitorais do PC”⁴².

Quanto ao recrutamento das novas elites políticas do concelho de Avis, é de salientar o carisma pessoal e a liderança do processo de Reforma Agrária⁴³. Os critérios viraram-se para a simpatia pessoal e a acção directa no contacto com as populações eleitoras. Por esse motivo assistiu-se em todo o distrito à subida ao poder autárquico de novos grupos nos quais predominam os funcionários públicos, os médicos, os comerciantes e bancários, e os técnicos agrários (actualmente equiparados aos engenheiros), sem dúvida categorias que prestam serviços de grande prestígio e utilidade a nível local. Esta proximidade com os eleitores tornou-se um critério de elegibilidade que anteriormente era desnecessário pelo simples facto de não haver eleições.

José Pires, o presidente da comissão administrativa da câmara de Avis entre 1974 e 1976, “tinha uma certa simpatia”.

“José Luís – E *ódepois* as pessoas iam lá e ele praticamente não levava dinheiro...”.

⁴² António Barreto – *Anatomia de uma Revolução...*, pp. 229-230. Este tema foi desenvolvido por Maria João Costa Macedo – *op. cit.*, pp. 175-179, 264.

⁴³ Carlos Alberto Oliveira e Maria Leonor Pereira salientaram em Baleizão: “o prestígio social dos ‘condutores’ da transformação sócio-económica local parece ser também um factor distintivo entre o grupo dos trabalhadores rurais e mesmo dos outros grupos sociais”, “O Viver de Baleizão”, *Economia e Sociologia*, Universidade de Évora, nº 32, 1981, p. 97.

Sobre o primeiro presidente eleito em 1976, o famoso José Luís, pode dizer-se que possuía todas as características de um líder carismático e de *primus inter pares*⁴⁴. A sua capacidade de mobilização e liderança das multidões não só do concelho de Avis, mas também dos concelhos em redor é reconhecida por todos os grupos envolvidos. Como já foi referido, este indivíduo auto-nomeou-se “operário agrícola”, o que lhe proporcionou uma “dominação por meio da nivelção”⁴⁵. Para tal contribuiu o seu *curriculum* pessoal e político e alguma formação cultural adquirida com o trabalho clandestino nos quadros do Partido Comunista e com a abertura de horizontes proporcionada pela tropa. Resumindo, *em terra de cegos quem tem olho é rei*⁴⁶.

José Luís era filho de trabalhadores rurais, um privilegiado por ser filho único. Apesar de viver num *monte*, frequentou a escola primária e o seu pai, um pastor, acumulou suficiente *provilhal* para começar o seu próprio rebanho e arrendar terras para o apascentar.

“José Luís – Eu saí da escola quando fiz a 4ª classe, e em Agosto comecei a guardar ovelhas, tinha 10 anos.

– E até ir para a guerra andou sempre no campo?

José Luís – Sempre no campo. E quando vim de África fui taxista.

– Já não voltou a trabalhar no campo?

José Luís – Depois, mais tarde, o meu pai tinha umas ovelhas e quando eu estive em África o meu pai guardava as ovelhas e comprava bocados de pastagem. Depois um dia eu tive conhecimento aqui de uma herdade que se chama o St. António, duma senhora de Alter do Chão, e que as pessoas que estavam a explorar a herdade que a iam deixar. Então disse ao meu pai: ‘a gente com o dinheiro que devia pagar por aqui um bocadinho de pastagem para as ovelhas, a gente vai ver se a senhora quer arrendar aquilo’. Arrendámos a herdade por 15 contos nessa altura. E depois comecei a trabalhar mais o meu pai. E depois deixei de ser taxista em Fevereiro de 74 e dá-se o 25 de Abril passado 2 meses”.

Depois de uma adolescência marcada pela militância no Partido Comunista – “Eu entrei para o Partido Comunista tinha 17 anos...” – o período da tropa e da prisão foi

⁴⁴ “O que existe nos indivíduos (portadores concretos e imediatos de toda a realidade histórica) capaz de originar a acção sobre os outros ou a recepção das suas influências? Descobre-se que a relação de um poderoso com outros mais débeis, quando tem a forma de *primus inter pares*, gravita tipicamente no sentido de acentuar o poder do primeiro, suprimindo gradualmente os elementos de igualdade”, Georg Simmel – *Sociologia. Estudios sobre las formas de socialización*, 2ªed., Biblioteca de la Revista de Occidente, Ediciones Castilla, Madrid, 1977, vol. 2, p. 33, tradução minha.

⁴⁵ “Quando um certo número de homens está submetido uniformemente a um só, são iguais. Desde a antiguidade que se pode ver a correlação existente entre o despotismo e o igualitarismo”, *ibidem*, pp. 161, 165.

⁴⁶ Margarida Fernandes desenvolveu o que estava subjacente no ditado popular: “A liderança dos activistas locais actua como intermediário entre duas esferas – ambas políticas – a local e a nacional e serviam para estabelecer a ponte entre o contexto imediato e um universo mais alargado, da região, do país e, por vezes, do mundo. A estes ‘trabalhadores conscientes’ cabia a tarefa de mobilizar as massas que dispõem de uma ideologia própria, inerente às suas vidas e às suas experiências mas a quem faltam os conhecimentos daqueles que, sendo uma minoria, podia associar estes sentimentos de base com teorias e estratégias mais elaboradas” – *op. cit.*, p. 58.

fundamental para a aquisição do prestígio local tão importante no período revolucionário, quando o passado de *resistência contra o fascismo* conferia uma fonte infalível de mérito⁴⁷.

“José Luís – Eu fui preso em Junho de 1961 e saí em Julho de 67.

– Esteve preso numa prisão militar? Onde?

José Luís – Eu estive em Lourenço Marques e o presídio era na esquina grande.

– E isso aconteceu por causa da tropa? Chegou a estar na guerra ou foi logo que lá chegou?

José Luís – Não, eu ainda andei lá um ano e tal, lá no mato. E depois é que...

– Mas tinha feito alguma coisa ou foi apenas por informações de cá?

José Luís – Não, aquilo foi assim: a gente um dia fomos destacados para ir para um lugar, lá para uma zona e a gente, a malta revoltou-se, depois houve pancadaria entre os oficiais e os soldados e depois houve 5 que fomos responder a tribunal de guerra.

– E quem é que tomou a iniciativa?

José Luís – Hó, aquilo é daquelas coisas que saem em conjunto, depois... o oficial esteve 8 dias na sala de reanimação e o sargento esteve na enfermaria e o cabo foi também para o hospital. Escute lá, eu já disse assim: ninguém deseje uma guerra, que não é bom para ninguém, é a coisa mais triste que há! E a gente, olhe, eu ainda hoje quando falo nisto me arrepio e já de lá vim há 30 e tal anos; nenhum vem de lá em condições de tratar da vida dele logo ali nos primeiros meia dúzia de anos, porque a malta vem de lá completamente traumatizados. E há outros que nunca mais se recuperaram...”⁴⁸.

Além dum passado prestigiante segundo os padrões da época⁴⁹, o seu trabalho como taxista e a generosidade que exercia conferiram-lhe uma aura de benfeitor. Sobretudo no que diz respeito aos cuidados de saúde que, como já se viu, era uma preocupação fundamental nas populações rurais e constituía uma das principais referências cronológicas. Se José Pires não cobrava as injecções que aplicava como enfermeiro, José Luís transportava os doentes com carinho e era reconhecido por isso:

“Maria Joana – Era boa pessoa. A minha sogra, coitadinha, tinha já dificuldade, e ele levava sempre a minha sogra ao colo para a nossa casa, ou para a casa do meu cunhado. A primeira perdiz que se matava cá em casa, quando o meu marido era caçador era para irmos levar ao Zé Luís, porque era muito bom para a minha sogra”.

Segundo a revista *Vida Rural*, estas características eram comuns na profissão:

“Tais tipos, nas áreas do interior do País, os que têm um, dois carros de aluguer são uma espécie de criaturas benfazejas dos meios urbanos mais pequenos (...) levando doentes ao médico (...) O motorista de táxi, com o rodar do tempo, torna-se psicólogo experiente, e,

⁴⁷ Sobre o passado como fonte de mérito ver David Lowenthal – *op. cit.*, p. 369.

⁴⁸ Não consegui verificar as informações aqui contidas, mas o seu nome não consta na lista de militares a prestar o serviço militar nestes anos. De qualquer modo salienta-se o interesse do entrevistado em valorizar a sua participação na guerra e a sua prisão.

⁴⁹ João Garin diz mesmo que foi o próprio PCP que denunciou os seus militantes à PIDE para que fossem presos e assim fabricar “homem-tipo” comunista e “forjar um bando ávido de vingança que mais tarde utilizou”, *op. cit.*, p. 42. Não foi o caso de José Luís, que foi preso por agredir um oficial, não pela sua actividade como militante do PCP.

basta olhar o seu semelhante, para compreender o que tem maus fígados ou o que é capaz de arrasar mundos...”⁵⁰.

E de facto a sua simpatia pessoal era apreciada por todos os grupos sociais do concelho de Avis. Após a revolução este indivíduo sobressaiu nas primeiras reuniões e comícios, para o que contribuiu um conjunto de características que se enquadram nas descrições que diversos autores apresentaram como necessárias para a formação dos líderes dos movimentos sociais. Por exemplo, Michelle Perrot, ao estudar os grevistas franceses do final do século XIX concluiu que o *meneur* da greve (o cabecilha ou activista) tinha habitualmente as seguintes características:

- O dom da palavra, “una certaine allure (...) le don de la parole lui confère le prestige (...) Le prestige du meneur, à tous niveaux, tient à sa présence physique et singulièrement à ses dons oratoires”.
- A juventude, a maioria entre os 20 e os 25 anos (José Luís tinha 36 anos em 1975, ainda era bastante jovem).
- O facto de ser um operário qualificado. José Luís tinha a experiência do trabalho rural, além de rudimentos de gestão agrícola adquiridos com a actividade de rendeiro de propriedades com cerca de 100 ha.
- Grande mobilidade geográfica e profissional (em geral eram emigrantes). Neste caso José Luís tinha feitos trabalhos de empreitada como trabalhador migrante e tinha tido uma ascensão profissional significativa.
- Valor profissional, “la performance, sont d’incontestables éléments de prestige social”. José Luís era conhecido pela sua força e qualidades de trabalho.
- Moralidade⁵¹.

Sem dúvida que todos estes elementos afectaram o processo partidário de tomada de decisão. Se o *Zé Luís* era tão generoso, falava de igual para igual, e ainda por cima era o representante de um partido com o qual havia uma identificação geral e que defendia os direitos dos trabalhadores, então as multidões entusiasmadas só podiam segui-lo e obedecer à sua ordem de voto. Segundo a definição de Franco Ferraroti, carisma é o atributo pessoal de um indivíduo extraordinário que não se manifesta num vazio social: “Tem a necessidade de um ‘horizonte histórico’ preciso, mesmo que depois o negue (...) por esta razão, os sequazes são pelo menos tão importantes como o chefe carismático”⁵². Este autor desvaloriza as concepções elitistas, aristocráticas e individualistas de Max Weber que não conseguem explicar a relação entre o chefe e as massas de sequazes, ou crentes, os quais têm um papel puramente passivo, como de “combustível inerte” que espera a chama do alto. Não é

⁵⁰ *Vida Rural*, nº 1087, 16/3/1974, p. 31.

⁵¹ Michelle Perrot – *op. cit.*, vol. 2, pp. 459-469, 608.

⁵² Franco Ferraroti – *op. cit.*, p. 79. Ver também Pierre Bourdieu – *op. cit.*, p. 188.

certamente o caso de Avis ou do Alentejo em geral. Tal como Ferraroti afirma, no que diz respeito ao líder em questão, “Más que un ‘jefe carismatico’, se debería hablar de una ‘comunidad carismática’”⁵³. Numa região em ebulição, inflamada com comícios e manifestações força por parte do exército que legitimava todas acções dos representantes sindicais e do Partido Comunista Português, em conjunto com uma GNR desarmada e inerte, sem dúvida que o “horizonte histórico” era propício à acção da “comunidade carismática”, na qual o líder exerceu um papel fundamental de potenciar e personalizar as aspirações e desejos de mudança. Por isso mesmo a obediência quase cega às ordens de José Luís neste período, tanto para votar como para ir a um comício ou a uma ocupação de terras, explica-se pelo simples facto de que o líder tinha como interlocutor uma população com vontade e interesse em obedecer e que acreditou na legitimidade das suas acções⁵⁴. Hadley Cantril acrescenta que as situações de crise oferecem solo fértil para o aparecimento do líder de massas, do ditador potencial, do revolucionário ou do profeta religioso, ou de qualquer outro que se apresente com fórmulas novas para estrear⁵⁵.

Neste contexto é pertinente referir ainda o papel das ideologias, salientado por Sidney Tarrow:

“Ideology, as David Apter wrote in his classic essay in *Ideology and Discontent*, dignifies discontent, identifies a target for grievances, and forms an umbrella over the discrete grievances of overlapping groups”⁵⁶.

O Partido Comunista Português actuou como estrutura mobilizante e de ligação entre os grupos e unificou-os para uma acção comum⁵⁷. Por isso o voto massivo neste partido

⁵³ *Ibidem*, p. 80. Nunca é demais lembrar as palavras do Tolstoi referindo-se a Napoleão e à invasão da Rússia: “Que é o poder? Que força produz o movimento dos povos? Não é o poder, não é a actividade inteligente, não é mesmo a união de um e da outra, como supõem os historiadores, que produz os movimentos dos povos, mas a actividade de todos os homens que tomam parte no acontecimento e que se unem (...) Do ponto de vista moral, é o poder que apresentam como causa do acontecimento; do ponto de vista físico, os que se lhe submetem. Mas visto que a actividade moral não é possível sem a actividade física, então a causa do acontecimento não se encontra nem num nem noutro, mas na união de ambos”, *Guerra e Paz* (1863-1869), trad. José Marinho, 2ª ed., Editorial Inquérito, Lisboa, 1957, vol. III, p. 421.

⁵⁴ “Qualquer verdadeira relação de dominação implica um mínimo de vontade de obedecer, por consequência um interesse, exterior ou interior, em obedecer”, ao que se junta uma necessária hierarquia administrativa com formação ou qualificação profissional, Max Weber – *Économie et Société*, Librairie Plon, Paris, 1971, pp. 219-220, 226. O autor acrescenta ainda que o reconhecimento dos que são dominados decide a validade do carisma, *ibidem*, p. 249.

⁵⁵ Estes líderes surgem porque oferecem às pessoas uma interpretação capaz de pôr em ordem os seus confusos mundos psicológicos. O líder inteligente captará as causas da insatisfação, comprovará quais são as velhas lealdades que ainda se mantêm firmes e quais as que estão a passar por um sério desafio. Difundirá entre os espíritos confusos uma racionalização que acerte a combinar o melhor do antigo e do novo e este novo consistirá numa proposta concreta, uma declaração ou programa que pareça cristalizar as angústias, Hadley Cantril – *op. cit.*, p. 115. Ver também Barrington Moore – *op. cit.*, p. 91. O líder carismático como condição prévia para os movimentos sociais é defendido por Xan Jardon Pedras, Luís Martínez-Risco, Raúl Soutelo Vásquez – *op. cit.*, p. 17.

⁵⁶ Sidney Tarrow – *op. cit.*, p. 21. Ver também André Freire e Marina Costa Lobo – “Economia, ideologia e voto: Europa do Sul 1985-2000”, *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, p. 504, onde os autores concluem que “o factor singular com maior impacto no comportamento eleitoral é a ideologia”.

continua mesmo para além do movimento de Reforma Agrária. Quando o Ministro António Barreto iniciou a chamada “Contra-Reforma Agrária” e a situação das UCP se viu ameaçada, o líder político e carismático local caiu.

“JNPS – Por isso é que ele tombou. Agora é o bode expiatório, quando provavelmente há outros muito mais culpados, mas que não deram a cara”⁵⁸.

Nas eleições autárquicas de Dezembro de 1979 foi eleito um novo presidente da câmara, também pelo PCP, que reunia algumas características diferentes das do anterior. António Raimundo Bartolomeu, também filho de trabalhadores rurais (o pai ganadeiro, a mãe trabalhadora indiferenciada), fez a escola primária em Avis e depois foi aprender o ofício de ferrador, enquanto a irmã aprendeu costura. Com 13 anos teve a oportunidade de ingressar na Escola Godinho de Abreu, da Fundação Abreu Callado, em Benvila, onde estudou interno.

“Bartolomeu – A fundação, com essa escola, anualmente mandava aqui para o colégio de Avis alguns alunos, dois de cada ano. E eram aqueles que tivessem melhor aproveitamento. No primeiro ano não calhou, mas no segundo ano de estar em Benavila calhou-me vir estudar para o colégio de Avis. E fiz aqui o 5º ano. Depois a seguir fui para Escola Agrícola de Évora. Estive lá em 1965-66. Entretanto chegou a altura de prestar o serviço militar, fui, e de 66 até 1970 cumpro o serviço militar. Estive 17 meses cá na recruta, na especialidade, e a prestar serviços, depois fui mobilizado para Angola. Estive 26 meses e meio em Angola. Quando regressei fui concluir o curso de Regente Agrícola em Évora, em 1970. Em 71 vim novamente aqui para Benavila para a fundação, para fazer o estágio.

– E era um estágio remunerado?

Bartolomeu – Sim, mas era apenas uma compensação, porque na altura os trabalhadores ganhavam 60\$00 diariamente, e eu ganhava o mesmo que as mulheres, 40\$00 por dia. Defendi o estágio em 1972 e fiquei como funcionário da fundação. E aí passei a ganhar o que era normal para um regente agrícola”⁵⁹.

O curso técnico que tirou colocou-o numa posição hierarquicamente superior aos restantes trabalhadores, assim como o estatuto de quadro da fundação. Por outro lado, o facto de ter feito a tropa no Ultramar como furriel miliciano identificou-o com toda a sua geração e alargou-lhe os horizontes e as perspectivas de vida:

“Bartolomeu – A ida à África era uma interrupção na vida dos jovens, e alguns ficaram marcados, fora aqueles que perderam a vida. E penso que isso terá contribuído para que alguns jovens tomassem consciência...”

“– E a Guerra do Ultramar, as pessoas vieram de lá mais politizadas?”

⁵⁷ Tal como as igrejas protestantes negras nos movimentos de direitos civis nos EUA, *ibidem*, p. 22.

⁵⁸ Dr. Joaquim Nuno Pires da Silva, vereador da cultura da Câmara Municipal de Avis entre 1990 e 1997, Avis, 20/8/1998.

⁵⁹ Entrevista ao Eng. Técnico Agrário António Raimundo Bartolomeu, Presidente da Câmara entre 1980 e 2000, Avis, 16/11/1998.

Eng. Barrocas Dordio – Sim, não há dúvida. Se se pensar no meio de onde eles eram oriundos e depois de irem à guerra voltaram ao meio rural, depois de terem visto já muita coisa e terem outros contactos, há uma abertura muito maior nessas pessoas para aceitar esta mudança”.

Como se pode ver no anexo 11, pelo menos 184 avisenses prestaram o serviço militar entre 1963 e 1970. Dos 158 com postos apurados, 137 (86,71%) eram soldados (78), cabos (42), furriéis (6) e sargentos (11), portanto os postos mais baixos da hierarquia do exército. Encontraram-se apenas dois oficiais: um capitão e um alferes. Isto é um claro indício do baixíssimo nível cultural da população do concelho, a somar ao analfabetismo e à baixa escolaridade. Porém, estes dados obrigam-nos a questionar a influência da guerra nas acções posteriores deste grupo⁶⁰. Dos 181 que regressaram (morreram 3), quantos não terão ficado traumatizados, como dizia José Luís? A maioria voltou certamente com ideias políticas mais definidas e com uma vontade de acção que não tinha antes⁶¹. A comparação desta lista de nomes com as dos indivíduos que ocuparam cargos em instituições locais no período pós-25 de Abril permite estabelecer uma relação entre a participação na Guerra Colonial e a actividade política posterior. Por exemplo só nas comissões populares de bases formadas em Junho de 1975 encontramos cinco antigos militares.

Este pode ser um factor de participação na vida política, mas certamente não tão forte como a revolução em si e o alargamento do número de eleitores, em especial das mulheres. Basicamente pode afirmar-se que se no período do Estado Novo as populações rurais não participavam da vida política era porque não lhe tinham acesso⁶². Logo que as circunstâncias políticas o permitiram, passaram a actuar com grande intensidade e uma vontade que tinham acumulado ao longo de gerações. Margarida Fernandes chama a isto “uma demonstração temporária de activismo”:

“Após o 25 de Abril, os trabalhadores agrícolas participaram activamente nos partidos políticos, nas comissões de trabalhadores, nos sindicatos, nas explorações colectivas e noutras organizações enquanto acreditaram que a sua participação poderia conduzir às mudanças que

⁶⁰ Que era directamente chamado a agir pelas forças mais radicais do período, como se pode ver, por exemplo, neste apelo: “É urgente o regresso dos emigrantes e soldados para virem trabalhar livremente as terras coutadas e sem nada produzirem”, *Revolução. Órgão do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP)*, 28/6/1974, p. 1.

⁶¹ Nancy Bermeo também apresenta a guerra colonial como uma das pré-condições para a radicalização, além da emigração: “The colonial wars exposed workers to new communications that eroded traditional legitimacies, and urban migration provided workers with both a minimum of economic independence and contact with an urban labor movement and protest ideologies”, *op. cit.*, p. 33-34. Ver António Modesto Navarro – *op. cit.*, p. 103.

⁶² “somente pela compreensão da estrutura de um regime se poderão explicar as formas de participação política camponesa”, Joyce Fistenberg Riegelhaupt – “Os camponeses e a política no Portugal de Salazar – o Estado Corporativo e o ‘apoliticismo’ nas aldeias”, *Análise Social*, vol. XV (59), 1979, p. 506.

ambicionavam, retiraram o seu apoio ou limitaram a sua actividade tão logo se aperceberam que uma tal participação não conduzia à conquista dos seus objectivos”⁶³.

De facto, a abstenção eleitoral tem vindo a subir a nível nacional, o que levou Villaverde Cabral a afirmar que a cidadania política é muito baixa em Portugal, devido à grande distância entre governantes e governados⁶⁴. Contudo, no Alentejo os níveis de abstencionismo são os mais baixos do país. Especialmente no concelho de Avis, onde nas eleições autárquicas de 1979 a abstenção foi apenas de 5,8% e nas de 1997 situou-se entre os 2,5 e os 5%⁶⁵, apesar do envelhecimento da população, da periferização e do analfabetismo, factores referido por André Freire para o abstencionismo em meio rural⁶⁶. A grande diferença na participação política dos cidadãos pode ter várias explicações. Por exemplo Nancy Bermeo atribuiu a causa para a participação eleitoral mais alta na zona da Reforma Agrária à auto-gestão das cooperativas. Para a autora, este factor é a base da democracia e desenvolve a cidadania activa⁶⁷. No entanto, como se desenvolve no capítulo seguinte, a participação dos trabalhadores na gestão das cooperativas é um mito: apenas uma elite tomava as decisões e as assembleias-gerais caracterizavam-se pela total ausência de opiniões ou comentários por parte da maioria dos cooperantes, os quais acabavam por estabelecer o mesmo tipo de relação patrão/empregado que tinham com os antigos proprietários. Além disso, o final das cooperativas e o descrédito que os seus líderes foram alvo, com acusações de roubo, etc., poderiam, nesta perspectiva, ter afastado os trabalhadores do sentido de voto no PCP e mesmo da participação eleitoral. Não foi o caso. Os eleitores continuaram a participar em massa e a votar maioritariamente no PCP, onde ainda nas eleições legislativas de 1999 a CDU ganhou com mais de 50% em apenas dois concelhos em todo o país: Avis e Serpa. Isto leva a supor que a causa se encontra muito mais na convicção (ou fé) inabalável que a população de Avis continua a ter no Partido Comunista como o único defensor dos direitos dos trabalhadores. Se alguns dos antigos líderes erraram, então também eles traíram o partido. Foram “maus comunistas”. Os “verdadeiros”, os “bons comunistas”, continuam a ajudar o

⁶³ Margarida Fernandes – *op. cit.*, pp. 55-56.

⁶⁴ Isto porque existe um “sentimento difuso de distanciamento perante o poder político manifestado pela grande maioria da população”, Villaverde Cabral – “O exercício da cidadania política em Portugal”, *Análise Social*, vol. XXXV (154-155), 2000, p. 110.

⁶⁵ Livros de actas das eleições, Arquivo da Câmara Municipal de Avis. Enquanto isso, nos totais nacionais a taxa de abstenção nos anos 80 foi de 22% nas eleições nacionais e de 34,6% nas eleições locais, André Freire e Pedro Magalhães – *A abstenção eleitoral em Portugal*, Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, 2002, p. 92. Ver também José Manuel Leite Viegas – “Culturas e Comportamentos Políticos em Meios Sociais de Predominância Rural – Revisão Crítica da Literatura sobre Portugal”, *Revista de Ciência Política*, 2º Semestre, 1986, nº 4, p. 39.

⁶⁶ Para o autor, o *habitat rural*, favorece o abstencionismo, André Freire – “Participação e abstenção nas eleições legislativas portuguesas, 1975-1995”, *Análise Social*, vol. XXXV (154-155), 2000, p. 131.

povo. A proteger a terceira idade, a proporcionar empregos às novas gerações... As câmaras municipais são neste momento uma das maiores fontes de emprego nos meios rurais onde a desertificação impera. E a já referida “simpatia pessoal” dos candidatos a autarcas continua a ser um critério de elegibilidade de peso:

“Júlia – Vamos no carro da Câmara a Lisboa ao hospital e à praia no Verão. Então o *Bertolomeu* empresta as carrinhas, tem muito dinheiro...

– Então e acha que isto está melhor depois do 25 de Abril?

Júlia – Está. Não sou comunista, mas tenho que dizer que está melhor.

– E o Bartolomeu?

Júlia – Então se não fosse comunista não estava lá! Mas olhe que há muita gente que não é comunista e que vota nele. Para o Quinito é que não. O Quinito nunca ganha para cá.

– Porquê?

Júlia – A mim nunca me disse os bons-dias.

– Então o problema é esse. Ele é pouco simpático.

Júlia – Eu não engrajo da cara dele.

– O Bartolomeu é mais simpático?

Júlia – É”.

Nota-se aqui uma personalização da política, na qual o factor sentimental fica mais exposto. E a população vai reelegendo os mesmos candidatos do mesmo partido, satisfeita com os serviços sociais que a câmara proporciona, assim como com as piscinas públicas, o pavilhão gimno-desportivo, o auditório municipal que passa os filmes mais recentes, etc., independentemente do facto destes serviços estarem ligados aos novos conceitos de autarquia e à maior disponibilidade de fundos proporcionada pela adesão à CEE (actual União Europeia).

“CSLS – E esse equipamento de lazer, as pessoas ficam mais satisfeitas do que estavam. As coisas são mais agradáveis, o lazer está mais posto em evidência, as infraestruturas do lazer são postas em evidência pelas autarquias”.

Michael Vester afirma que no Alentejo “o PCP é, a nível das autarquias, um partido honesto que incentivou o desenvolvimento da região através de muitos investimentos sociais (...) Ao mesmo tempo os funcionários do PCP são uma importante instituição moral e integradora. Do ponto de vista cultural e emocional, ele ocupa o espaço social que noutros locais é preenchido pela Igreja Católica...”⁶⁸. Por todos estes motivos António Raimundo Bartolomeu transformou-se num dos *dinossauros* que caracterizam o poder local actual⁶⁹,

⁶⁷ Nancy Bermeo – *op. cit.*, pp. 131, 136.

⁶⁸ Michael Vester – *op. cit.*, p. 490.

⁶⁹ “após a revolução assiste-se à emergência de uma nova espécie: os ‘dinossauros’ autárquicos (...) poderemos assim concluir que, em matéria de renovação de autarcas, o Estado Novo era mais ‘aberto’ do que o actual regime democrático”, António de Araújo – *op. cit.*, p. 138.

ocupando o cargo de presidente da câmara durante 20 anos, até que em 2000 pediu a suspensão do mandato por ter atingido a idade da reforma e foi substituído por Manuel Maria Libério Coelho, de Benavila, licenciado em Sociologia e com carreira nos quadros do Partido Comunista. Nas eleições de Dezembro de 2001 o mesmo manteve-se no cargo. Como nota de curiosidade acrescenta-se que os nomes das ruas mantiveram-se por todo o concelho. Apesar de todas as comissões de moradores, de todos os comícios e manifestações, apenas as ruas ou bairros novos têm nomes ligados ao período revolucionário. As principais ruas das vilas e aldeias mantêm os nomes das elites locais da República e do Estado Novo, mesmo se estes indivíduos tenham passado a ser “fascistas”. Ao contrário das principais cidades de Portugal, onde as pontes e ruas mudaram de nome, revelando todo o simbolismo da revolução⁷⁰, em Avis parece ter havido alguma inércia nesse sentido, por esquecimento ou falta de imaginação...

⁷⁰ Na Revolução Francesa, logo em 1791 (2 anos depois) a câmara municipal de Paris mudou o nome a várias ruas, Louis-Jean Calvet – *op. cit.*, p. 19.